

COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO FINANCEIRA: REFLEXÕES E PRÁTICAS ACADÊMICAS

COMMUNICATION AND FINANCIAL EDUCATION: REFLECTIONS AND ACADEMIC PRACTICES

COMUNICACIÓN Y EDUCACIÓN FINANCIERA: REFLEXIONES Y PRÁCTICAS ACADÉMICAS

Evelyn Iris Leite Morales CONDE/UNIR¹
Fábio Mamoré CONDE/IFRO²

RESUMO: Neste trabalho estão algumas contribuições bibliográficas e reflexões acerca do tema educação financeira oriundas de pesquisa exploratória desenvolvida no projeto *Comunicação e educação financeira: reflexões e práticas acadêmicas*. Trata-se da descrição de obras com a tratativa de planejamento, orçamento, consumo, desejos de consumo e das instruções da Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF, proposta pelo Departamento de Educação Financeira do Banco Central do Brasil e instituída pelo Decreto nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010. Observou-se relevante suporte literário que apoiará a segunda fase da pesquisa, caracterizada com a Pesquisa-Ação e produção de conteúdo radiofônico com os temas abordados em turmas do Ensino Fundamental de uma escola da Rede Pública de Ensino de Porto Velho, Rondônia.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Finanças. Comunicação.

ABSTRACT: *In this work there are some bibliographical contributions and reflections on the subject of financial education from exploratory research developed in the project Communication and financial education: reflections and academic practices. It is the description of works with the planning, budgeting, consumption, consumer desires and instructions of the National Financial Education Strategy - NFES, proposed by the Department of Financial Education of the Central Bank of Brazil, and instituted by Decree No. 7,397, of December 22, 2010. Relevant literary support was observed that will support the second step of the research, characterized by Research-Action and production of radiophonic content with the themes addressed in classes Porto Velho city's elementary school, Rondônia state.*

KEYWORDS: *Education. Finance. Communication.*

RESUMEN: *En este trabajo están algunas aportaciones bibliográficas y reflexiones sobre el tema de la educación financiera derivada de la investigación exploratoria*

¹ Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional pela Universidade Anhanguera - UNIDERP, Brasi I(2007). Professor pesquisador da Universidade Federal de Rondônia

² Mestrado em Administração pela Universidade Federal de Rondônia, Brasil (2012) Analista de Tecnologia da Informação do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Rondônia.

desarrollada en el proyecto Comunicación y educación financiera: reflexiones y prácticas académicas. Esta es la descripción de los trabajos con los tratos de planificación, elaboración de presupuestos, consumo, deseos de consumo y las instrucciones de la Estrategia Nacional para la Educación Financiera - ENEF, propuesto por el Departamento de Educación Financiera del Banco Central de Brasil, establecido por el Decreto N ° 7397 de 22 de diciembre de 2010. Hubo un significativo apoyo literario que apoyará la segunda fase de la investigación, caracterizada como la investigación-acción con la producción de contenidos de radio con los temas tratados en las aulas de una escuela primaria de la Red de Educación Pública de Porto Velho, Rondônia.

PALABRAS CLAVE: *Educación. Finanzas. Comunicación.*

Introdução

O presente trabalho apresenta os resultados da primeira fase do projeto de pesquisa intitulado *Comunicação e educação financeira: reflexões e práticas acadêmicas*, que compreende o estudo de algumas literaturas, bem como a reflexão dessas, sobre o tema educação financeira sob a ótica do consumismo. O público-alvo são estudantes dos 4º e 5º anos da Escola Estadual de Ensino Fundamental Herbert de Alencar, localizada no município de Porto Velho, capital de Rondônia, com período total de execução de julho de 2015 a julho de 2017.

Considera-se relevante a possibilidade da Educação Financeira ser inserida na escola, com a aplicação de conteúdo alternativo à disciplina de Matemática, uma vez que tal tema não é configurado como transversal. Ao relacionar o que demonstra os Parâmetros Curriculares Nacionais da disciplina, destaca-se o papel de cidadania desta.

As condições humanas de sobrevivência, sobre a inserção das pessoas no mundo do trabalho, das relações sociais e da cultura e sobre o desenvolvimento da crítica e do posicionamento diante das questões sociais. Assim, é importante refletir a respeito da colaboração que a Matemática tem a oferecer com vistas à formação da cidadania (BRASIL, 1998, p.26).

E ainda nos PCN's, quanto ao consumismo:

Aspectos ligados aos direitos do consumidor também necessitam de Matemática para serem mais bem compreendidos. Por exemplo, para analisar a composição e a qualidade dos produtos e avaliar seu impacto sobre a saúde e o meio ambiente, ou para analisar a razão entre menor preço/menor quantidade. Nesse caso, situações de oferta

como “compre 3 e pague 2” nem sempre podem ser vantajosas, pois geralmente são feitas para produtos que não estão com muita saída – portanto, não há, muitas vezes, necessidade de comprá-los em grande quantidade – ou que estão com prazos de validade próximos do vencimento (*Idem*, p. 35).

Com essa ótica no consumo, com caráter de sensibilização, o objetivo geral é estimular a reflexão sobre a presente vida financeira do público-alvo da pesquisa. Para isso, toma-se como base o conceito de Educação Financeira no Brasil, segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE:

Processo mediante o qual os indivíduos e as sociedades melhoram a sua compreensão em relação aos conceitos e produtos financeiros, de maneira que, com informação, formação e orientação, possam desenvolver os valores e as competências necessários para se tornarem mais conscientes das oportunidades e riscos neles envolvidos e, então, poderem fazer escolhas bem informadas, saber onde procurar ajuda e adotar outras ações que melhorem o seu bem-estar. Assim, podem contribuir de modo mais consistente para a formação de indivíduos e sociedades responsáveis, comprometidos com o futuro (BRASIL, 2010, p. 3).

O Brasil é um dos poucos países do mundo que possui uma Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), que foi instituída pelo Decreto nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010, e visa promover ações de educação financeira gratuitas e sem qualquer interesse comercial. A ENEF brasileira é resultado de uma articulação entre 12 instituições do governo e da sociedade civil e, por este diferencial, valoriza ações que integrem a iniciativa privada, a sociedade civil e o governo (BANCO CENTRAL, 2010).

No contexto educacional escolar, Saito (2007) já demonstrava preocupação desde uma década atrás acerca da lacuna do tema na escola: “Não há, especificamente, trabalhos sobre a implantação da Educação em Finanças Pessoais nos currículos nacionais” (SAITO, 2007, p. 7). Observação também de Araújo, ao destacar que “o tema não tem sido tratado com destaque pelos documentos oficiais nacionais, que estabelecem as políticas educativas no Brasil, dentre eles as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação e os Parâmetros Curriculares Nacionais” (ARAÚJO, 2009, p. 75).

A educação financeira pode preparar as futuras gerações para desenvolver nelas as competências e habilidades necessárias para lidar com as decisões financeiras que

tomarão ao longo de suas vidas. Não é um conjunto de ferramentas de cálculo, é uma leitura de realidade, de planejamento de vida, de prevenção e de realização individual e coletiva. Assim, faz todo sentido ser trabalhado desde os anos iniciais da vida escolar, afinal, é um espaço dos primeiros passos para a construção de projetos de vida.

Dessa forma, o apoio teórico acerca do tema se faz pertinente para a tratativa ao público-alvo proposto. Salienta-se salutar a ação aplicada com linguagem apropriada, simplificada e com exemplos para melhor significação de conteúdo e ainda com suporte pedagógico da própria equipe escolar, bem como das cartilhas disponibilizadas gratuitamente pela Associação de Educação Financeira do Brasil (AEF). Tais cartilhas foram elaboradas a partir dos princípios norteadores contidos no documento *Orientação para Educação Financeira nas Escolas*, construído com a participação do Ministério da Educação (MEC), da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED) e diversas outras instituições educacionais e financeiras ao longo de um ano, coordenado pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Destarte, estará no escopo prático posterior deste projeto o conhecimento sobre a percepção financeira do público-alvo para que possam ser efetivadas as primeiras conversas acerca de finanças, gasto do dia a dia, e, sobretudo, o estímulo aos alunos para fazerem escolhas e investimentos conscientes sobre os valores financeiros que possuem, por menores que sejam, como “mesadas” ou quantias provenientes de comercialização de objetos ou alimentos na escola ou em outros locais, entre outras maneiras de acúmulo.

Como a fase prática ainda não se materializou até a finalização deste artigo, foram preparados à pesquisa enunciados informativos alinhados ao trabalho prático que envolverá ainda a divulgação dos conceitos e atividades propostas em programas de rádio, para que assim possam ser compartilhadas as experiências desses alunos na imersão sobre educação financeira e suas percepções sobre o tema. O veículo e linguagem radiofônicos são uma possibilidade de ferramenta para auxílio na fixação do conteúdo, e até mesmo estímulo aos valores socioeducativos que vão além do conteúdo em si do projeto, permeando a oralidade e a escrita de conteúdo e reforçando as características descritas por Mcleish (2001) sobre o rádio: de linguagem simples e que ultrapassa barreiras físicas e culturais. A utilização desse meio de comunicação dará ênfase aos conteúdos e efeitos produzidos, sendo assim, uma estratégia para tornar a ação mais atraente aos participantes. Acredita-se que com a divulgação da série de

programas de rádio sobre educação financeira, possa haver inspiração para demais projetos e atividades de aprendizagem de outros grupos e instituições.

Relevante destacar, diante da iminente *praxis*, que a projeção delineada oferece oportunidade de atividades de aprendizagem que podem auxiliar na ação de dois gargalos no ensino fundamental: a funcionalidade da matemática e a produção, leitura e interpretação textual. Outrossim, cabe salientar que o apoio pedagógico da escola e dos professores responsáveis pelas turmas-alvo, no tocante à identificação das necessidades/dificuldades atinentes às disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, serão de expressiva contribuição para a efetivação de atividades adequadas e salutaras aos estudantes participantes do projeto.

Metodologia

O presente texto demonstra os resultados das ações da primeira fase da pesquisa homônima, com a compilação resumida da pesquisa bibliográfica, de cunho descritivo, sobre educação financeira, políticas de educação financeira e planejamento financeiro. A base desse aporte bibliográfico se deu por documentos relacionados às diretrizes do Decreto nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010, que institui a Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF.

A Pesquisa-Ação (LUDKE; ANDRÉ, 1986), segunda fase do projeto, findará na conclusão do primeiro semestre de 2017. De caráter empírico, programaram-se atividades de aprendizagem com método expositivo-participativo, com apoio pedagógico dos professores regentes das turmas-alvo e com suporte das cartilhas da Associação de Educação Financeira do Brasil - AEF.

No cronograma de execução do projeto estão a produção e divulgação radiofônica dos conteúdos sobre educação financeira discutidos e elaborados com/pelo público-alvo do projeto, buscando elevar a produção textual escrita e oral e o caráter de interpretação dos alunos envolvidos.

Discussões literárias preliminares

Entende-se que as discussões teóricas acerca da temática Educação Financeira foram salutaras para apoiar a segunda fase da pesquisa, que será no viés da Pesquisa-Ação. Os resultados de enunciados literários revelaram a possibilidade de tratamento

diferenciado sobre o modo como se opera com valores financeiros do cotidiano. Nesse item, classificam-se alguns conceitos relacionados às finanças, planejamento e consumo para abordagem posterior. Para tal, tomaram-se como consulta obras que tratam diretamente sobre o assunto, sobretudo ao cerne do problema de pesquisa: a educação financeira propriamente dita, na qual se demonstram possibilidades reais e práticas para o estímulo a sua efetivação.

A divisão de trabalho para a pesquisa bibliográfica foi caracterizada pelos seguintes assuntos: definição de Estratégia Nacional de Educação Financeira; agentes econômicos; consumo e desejos de consumo; orçamento; planejamento financeiro e investimentos.

No que tange à ENEF, compreende-se que seu Art. 1º demonstra a finalidade quanto à promoção da educação financeira e previdenciária para contribuir para o fortalecimento da cidadania, a eficiência e a solidez do sistema financeiro nacional e a tomada de decisões conscientes por parte dos consumidores (cf. BRASIL, 2010). A estratégia é uma ferramenta de auxílio no contexto de conhecimento e ainda de proposição de ações, uma vez que atribui uma série de planos, programas, ações coordenadas entre instituições e órgãos financeiros do Brasil. A relevância dessa política se dá, sobretudo, ao que Massaro (2015) já descrevia quanto à economia do Brasil, que apresenta altos índices de desemprego. O autor destaca que em períodos de crise, “naturalmente, é mais difícil conseguir um emprego e as remunerações tendem a ser mais baixas. Nessas circunstâncias, mais pessoas acabam perdendo sua renda, o que leva ao endividamento e às crises financeiras” (2015, p.16). Considera-se pertinente o conhecimento da realidade econômica do país para que possa ser valorizada cada ação no contexto de adaptações de consumo e ainda de tomada de decisões acertadas e conscientes sobre finanças. Portanto, ao conhecer a realidade em que se vive, as possibilidades de projeções e planejamento se tornam mais concretas. E por que não levar estas reflexões aos pequenos alunos em sala de aula? Aceita-se o desafio para materializar os diálogos e a troca de saberes. Afinal, cada um tem sua vida, sua família e formas distintas de lidar com a questão financeira.

Massaro (2015) descreve a diferença entre os indivíduos e famílias como agentes econômicos e, como tais, podem ser superavitários ou deficitários. À título de ilustração, destaca o consumo de uma pessoa que gasta acima de suas possibilidades que, dessa forma, precisará recorrer a empréstimos para dar conta de suas obrigações financeiras; do contrário, ficará inadimplente e poderá arcar com uma série de

consequências desagradáveis. Saber da situação do país é importante, mas compreender a situação individual é bem mais pertinente para não se deparar com situações negativas por razões inconsequentes. O autor complementa: “Consumir de forma inadequada leva a uma qualidade de vida deficiente, à falta de “robustez” financeira para momentos difíceis, à desorganização pessoal e, em casos mais sérios, ao endividamento em diferentes níveis” (*Idem*, p. 19).

Por isso, volta-se ao pressuposto de que a educação financeira pode trazer diversos benefícios, entre os quais, possibilitar o conhecimento de caminhos ao equilíbrio das finanças pessoais, preparar para o enfrentamento de imprevistos financeiros e para a aposentadoria, qualificar para o bom uso do sistema financeiro, reduzir a possibilidade de o indivíduo cair em fraudes, preparar o caminho para a realização de sonhos, enfim, tornar a vida melhor, conforme prevê a Estratégia Nacional de Educação Financeira.

Um dos objetivos relacionados ao estudo no projeto está relacionado ao tema *consumismo*. As crianças tendem a ser induzidas ao desejo de obter produtos, alimentos e serviços que podem ser fonte de preocupação e endividamento dos pais ou responsáveis. Sobre o tema, resume-se o item atinente aos desejos de consumo com a premissa de alguns autores e até do Banco Central que versam sobre o estímulo, nem sempre positivo, dos meios da comunicação e suas linguagens. A propaganda leva o indivíduo a conhecer o produto e, em alguns casos, ao consumo de algo desnecessário.

Vivemos em uma sociedade voltada para o consumo. Somos diariamente bombardeados com propagandas e artifícios criados com a finalidade de despertar nossas emoções e criar necessidades por produtos e serviços que, por vezes, nem mesmo precisamos ou queremos para nós, mas que simplesmente passamos a desejar (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2013, p. 15).

Senso comum, não é difícil encontrar pessoas que possam ter como gatilho ao consumo propagandas de produtos televisionados ou impulsionados em aplicativos de vendas pela rede mundial de computadores, sobretudo, com a facilidade de divulgações persuasivas nos telefones celulares conectados à *internet*. Cerbasi (2012) coloca em evidência o consumo imediato por vias nem sempre espontâneo, e sim, de certo modo, forçado. É o caso de não obter a finança total para alcançar algum objetivo e abreviar o espaço entre a possibilidade de poupar para ter o produto e consumi-lo já. Os desejos de consumo, para o autor, estimulam também o endividamento para antecipação de sonhos.

“Ao optar por realizar todos os sonhos por meio de financiamentos, você pagará muito mais por eles. Uma vida financeira repleta de dívidas faz com que você conquiste muito menos sonhos do que conquistaria com planejamento e disciplina” (CERBASI, 2012, p.23). Considerando a afirmativa, contempla-se no estudo o enunciado para destacar o prévio planejamento como aliado do indivíduo na concretização de objetivos de consumo. Certamente, o tema aqui retratado não cabe ao cotidiano de uma criança, mas, com a exemplificação e a demonstração da importância do significado do “poupar” para obter algum produto ou serviço a *posteriori*, vislumbra-se a sensibilização desse sujeito quanto ao consumo próprio, por menor que seja, e suas várias formas – consciente ou não - de efetuar-lo.

Na sequência de estudos, depois de observar a questão referente ao consumo, foi destacada a necessidade de apreensão dos termos *orçamento* e *planejamento*, tomando como base a elucidação do Banco Central:

Orçamento pode ser visto como uma ferramenta de planejamento financeiro pessoal que contribui para a realização de sonhos e projetos. Para que se tenha um bom planejamento, é necessário saber aonde se quer chegar; é necessário internalizar a visão de futuro trazida pela perspectiva de realização do projeto e estabelecer metas claras e objetivas, as quais geralmente precisam de recursos financeiros para que sejam alcançadas ou para que ajudem a atingir objetivos maiores. Por isso, é importante que toda movimentação de recursos financeiros, incluindo todas as receitas (rendas), todas as despesas (gastos) e todos os investimentos, esteja anotada e organizada (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2013, p. 20).

Imagina-se que nem todos os sujeitos possuem a real noção de suas finanças e que, se considerada a assertiva de Massaro (2015) sobre qualidade de vida deficiente, essa passa pela questão financeira também. Deste modo, salienta-se que o conteúdo sobre orçamento e planejamento deve ser tratado no cotidiano como algo básico, porém, de extrema valia. Mesmo que perceba uma renda mínima, que essa seja controlada de modo consciente e consequente.

O planejamento é algo trabalhoso, afinal, demanda organização periódica do que se gasta, sobre as ações referentes àquele gasto, para a tomada de decisão futura acerca de algum passo relevante na vida do sujeito. Na prática, Cerbasi (2012) enfatiza que um bom planejamento e sua efetivação oferece mais qualidade ao seu consumo, inclusive para viabilizar também pequenos luxos.

A forma mais simples de conseguir isso é lançar os gastos em uma planilha de Orçamento Doméstico, comparar esses gastos com os de outros meses e refletir sobre suas prioridades de consumo. Gastos menos prioritários devem ser trabalhados para serem reduzidos (CERBASI, 2012, p. 26).

Para crianças, conforme a cartilha da AEF dos 4º e 5º anos, a possibilidade de trabalhar a matemática nas contas pessoais se torna válida com a demonstração da realidade dos gastos cotidianos, como o lanche, o preço da vestimenta, do transporte público utilizado para chegar na escola, conta de água e energia elétrica, entre outros. Dessa maneira, a forma de programação de sua vida financeira ficará mais palpável para conhecimento, descrição e reflexão. Porém, no contexto educacional, não cabe apenas à escola o papel de educar sobre o tema finanças. A família tem papel fundamental, apesar de que, conforme Araújo (2009) demonstra em seus estudos, nem sempre as famílias têm desempenhado este papel. Há uma “ausência da família em relação ao seu papel no processo de educação econômica” (ARAÚJO, 2009, p. 3). E isso torna o processo uma via de mão única.

Ao relacionar planejamento e gastos analisa-se a possibilidade real de consumo, desde que esse possa estar de acordo com a realidade do indivíduo. Não se trata de viver em eterna restrição, mas sim de prioridades e reflexão sobre as necessidades. “O planejamento financeiro possibilita consumir mais e melhor. Consumir ‘mais’ por meio da potencialização do dinheiro e ‘melhor’ via eliminação de desperdícios” (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2013, p. 36). Parece ser idealismo, em um país com altas taxas de juros, desemprego, inflação e condições precárias de saúde e educação. Mas é necessário conhecer a realidade, compreendê-la e agir de acordo com as possibilidades e peculiaridades de cada indivíduo. E quando o assunto passa do consumo para o investimento, essa parecer ser uma das saídas para além de meramente *poupar*. Porém, isso só é efetivamente realizado por quem tem, além de foco, condições para tal.

Quando há essa condição, entra-se no último item de análise na pesquisa bibliográfica em tela: a distinção entre multiplicar e investir os valores. Cerbasi (2012) aponta que investir é multiplicar suas reservas financeiras. Se poupar com qualidade, reservando o dinheiro em alternativas que sejam eficientes em vencer a inflação (mesmo que apenas no longo prazo), se estará investindo. Para conseguir isso, é preciso saber exatamente o que se quer, pois alguma força de vontade é necessária para abrir mão de desejos presentes para colher mais desejos futuros. Quem reserva seus recursos sem saber exatamente como funciona seu produto financeiro, sem noção de quanto poderá

ter dentro de alguns meses ou anos ou sem objetivos claros a alcançar, está seriamente correndo o risco de estar apenas reservando dinheiro para algum impulso de consumo, que deve ocorrer em breve. Esse sujeito estará poupando, e não investindo. Mais precisamente, está apenas postergando seu consumo, enquanto o investidor multiplica riquezas para consumir muito mais em algum momento futuro. Sem bons planos, não há boas conquistas.

As palavras do autor orientam quanto à forma de investir. E, de certa forma, pode haver uma confusão sobre poupar e investir, de tal modo que muitos sujeitos que têm a possibilidade de “juntar” dinheiro, podem não conhecer mecanismos que auxiliem na melhor rentabilidade.

Os temas expostos, mesmo que resumidamente nesta discussão, são relevantes para melhorar a compreensão e estimular positivamente as ações futuras do projeto, sabendo da necessidade de apontamentos sobre alternativas de reservas financeiras, planejamento e orçamento, além dos desejos de consumo, inerentes aos sujeitos. E no ambiente escolar, o tema é de suma importância, uma vez que “educar o consumidor é educar o cidadão, e a escola tem a função histórica e social nesta direção” (ARAÚJO, 2009, p.145). Mas, há a consciência de que, para sua efetivação, deve haver uma inserção temática para além do ensino de Matemática Financeira, sendo então “de forma a haver o relacionamento com os conceitos de cidadania, dos conflitos morais e éticos, de sustentabilidade e de consumo consciente” (SAITO, 2007, p. 102).

Algumas considerações

O estudo sobre educação financeira tem sido de grande valia para a preparação sobre as atividades programadas na segunda fase dessa pesquisa e, sobretudo, pelo momento econômico que o Brasil apresenta. Observa-se uma preocupação latente acerca do tema, uma vez que, como descreve a ENEF, o aumento das possibilidades de consumo torna necessário à promoção da educação financeira para despertar a consciência da população quanto às suas decisões individuais e familiares relacionadas aos seus recursos. E essa temática ser desenvolvida desde os primeiros anos na escola é considerada salutar.

No ambiente escolar, no início do contato com outros sujeitos, bem como com as diferentes formas de lidar com as decisões de consumo, por menores que sejam, pode ser o ideal momento e local para dialogar e praticar a educação financeira. Projetos

desenvolvidos em outros estados, que foram inspirações para esse, por exemplo, são de relevância ímpar na contribuição e estímulo à reflexão aos futuros – ou desde já - consumidores de pequenas ou grandes potencialidades.

O conhecimento referente à prática e ao controle financeiro pode trazer benefícios não apenas materiais, mas ainda, de ordem emocional. No âmbito da pesquisa propriamente dita, o conhecimento adquirido prepara para uma melhor assertiva sobre o tema no espaço proposto para sua execução. Por esta razão, este estudo não esgota possibilidade de novas pesquisas e atualizações, sobretudo com produtos relacionados, por exemplo, à seguridade, previdência, e demais segmentos financeiros.

REFERÊNCIAS

AEF-BRASIL. **Associação de Educação Financeira do Brasil**. Disponível em: <<http://www.aefbrasil.org.br/>>. Acesso em 10 maio 2015.

ARAÚJO, Regina Magna Bonifácio de. **A escola e o desenvolvimento do pensamento econômico em crianças: uma proposta de avaliação e intervenção** UNICAMP. G-13 Educação Fundamental, 2009. Disponível em :<<http://www.anped.org.br/reunioes/31ra/1trabalho/GT13-4246--Int.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2015.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Brasil: implementando a estratégia nacional de educação financeira**. Brasília: BCB, 2010. Disponível: <http://www.bcb.gov.br/pre/pef/port/Estrategia_Nacional_Educacao_Financeira_ENEF.pdf>. Acesso em 25 maio 2015.

_____. **Caderno de Educação Financeira – Gestão de Finanças Pessoais**. Brasília: BCB, 2013.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Matemática**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. **Estratégia Nacional de Educação Financeira**. Decreto nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7397.htm >. Acesso em 25 maio 2015.

_____. **Plano Nacional de Consumo e Cidadania**. Decreto nº 7.963, de 15 de março de 2013. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D7963.htm >. Acesso em: 29 maio 2015.

CERBASI, G. **Como organizar sua vida financeira: inteligência financeira pessoal na prática**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: Pedagógica e Universitária, 1986.

MASSARO, A. CFA/Brasília, DF: Conselho Federal de Administração, 2015. **Como cuidar de suas finanças pessoais**

MCLEISH, R. **Produção de rádio: um guia abrangente de produção radiofônica**. 3 ed. São Paulo: Summus, 2001.

SAITO, A. T. **Uma contribuição ao desenvolvimento da educação em finanças pessoais no Brasil**. 2007, 152p. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, São Paulo.

Enviado em: Janeiro de 2017

Aceito em: Março de 2017

Como referenciar este artigo

CONDE, Evelyn Iris Leite Morales; CONDE, Fábio Mamoré. Comunicação e educação financeira: reflexões e práticas acadêmicas. **EDUCA - Revista Multidisciplinar em Educação**, Porto Velho, v. 4, n. 7, p. 132-143, jan/abr, 2017. Disponível em: < <http://www.periodicos.unir.br/index.php/EDUCA/index> >. e-ISSN: 2359-2087.